

Proposta de Ajustes à Lei n.º 45/2018

Enquadramento Geral

Os motoristas TVDE defendem que a revisão da lei deve assentar em alterações pequenas, objetivas e exequíveis, evitando propostas estruturais que interfiram diretamente com o modelo operacional das plataformas ou que exijam investimentos significativos por parte do Estado.

As associações do setor têm apresentado propostas de grande escala que, na prática, não são aceites pelas plataformas nem financeiramente suportáveis pelo Governo, resultando em bloqueios e ausência de melhorias concretas no terreno.

Neste contexto, apresentamos abaixo um conjunto de medidas cirúrgicas, de baixo impacto sistémico, mas com efeitos positivos diretos na legalidade, na segurança, na justiça fiscal e na sustentabilidade económica da atividade.

1. Circulação de Viaturas TVDE na Faixa BUS

Propõe-se a autorização para que viaturas TVDE possam circular na faixa BUS, à semelhança de outros serviços de transporte regulamentados.

Benefícios:

- Redução dos tempos de viagem e maior eficiência do serviço
- Menor congestionamento nas vias gerais
- Melhor qualidade de serviço ao utilizador
- Impacto nulo na operação das plataformas e sem custos para o Estado

2. Publicidade em Viaturas TVDE

Permitir que viaturas TVDE possam servir de suporte a publicidade (vinilagem parcial ou total), respeitando regras estéticas e de segurança.

Justificação:

- Criação de uma fonte de rendimento adicional para o motorista
- Medida comum noutros países e setores (táxis, transportes públicos)
- Sem impacto negativo para o utilizador ou para o Estado

3. Alargamento da Idade Máxima das Viaturas Elétricas

Proposta de extensão da idade máxima das viaturas a combustão até aos 10 anos e veículos elétricos até 12 anos, desde que cumpram inspeções técnicas rigorosas.

Razões:

- Sustentabilidade ambiental
- Redução do esforço financeiro dos motoristas
- Coerência com políticas de transição energética
- Manutenção da qualidade e segurança do serviço

4. Comunicação Obrigatória das Plataformas à Autoridade Tributária

Esta é considerada a medida mais estrutural e mais importante.

Propõe-se que a plataforma seja obrigada a comunicar mensalmente:

- Identificação dos motoristas ativos
- Valor faturado por cada motorista

- Produção mensal associada à atividade
- Esta informação seria enviada à Autoridade Tributária, permitindo fiscalização automática.

Impacto Esperado:

- Fim da evasão fiscal generalizada no setor
- Igualdade fiscal entre todos os motoristas
- Eliminação de esquemas informais (trabalho sem recibos, pagamentos por fora)
- Maior justiça contributiva

Consequência Natural do Mercado:

Com a fiscalização efetiva:

- Redução do excesso de oferta
- Melhoria da procura
- Viagens mais bem pagas para os motoristas que cumprem a lei

Ou seja, o próprio mercado regula-se, sem necessidade de quotas artificiais ou intervenções pesadas do Estado.

5. Reforço dos Sistemas de Segurança para Motoristas e Passageiros

Propõe-se que a lei promova ou incentive as plataformas TVDE a reforçar os seus sistemas e ferramentas de segurança, tanto para motoristas como para passageiros, através de soluções tecnológicas simples e já amplamente utilizadas noutros setores.

Implementação de sistema de vídeo vigilância nas viaturas, garantindo o cumprimento das normas de proteção de dados, criando assim um efeito dissuasor imediato e registo real dos eventos existentes.

Botão Virtual de Pedido de Ajuda (SOS)

Defende-se a implementação de um botão virtual de emergência, integrado na aplicação da plataforma:

- Do lado do motorista:

Um botão que permita sinalizar imediatamente uma situação de perigo (agressão, ameaça, tentativa de roubo, comportamento violento do passageiro, etc.).
- Do lado do passageiro:

Um botão equivalente que permita ao passageiro reportar situações de risco durante a viagem (condução perigosa, comportamento inadequado do motorista, ameaça à integridade física).

Funcionamento Proposto (exequível e de baixo custo):

- Ativação discreta dentro da app
- Registo automático do momento, localização GPS e identificação da viagem

Comunicação imediata para:

- Equipa de segurança da plataforma

Benefícios:

- Aumento real da segurança para ambas as partes
- Prevenção de incidentes graves
- Maior confiança no serviço TVDE
- Reforço da imagem de responsabilidade social das plataformas
- Sem custos relevantes para o Estado
- Sem interferência no modelo económico das plataformas

Esta medida não impõe uma arquitetura técnica específica, permitindo às plataformas liberdade de implementação, desde que cumpram o objetivo de proteção efetiva de motoristas e passageiros.

Enquadramento Estratégico

Tal como nas restantes propostas, esta medida:

- É cirúrgica e concreta
- Não exige investimento público
- Não altera o core do negócio das plataformas
- Produz benefícios imediatos em segurança e confiança no setor

6. Reforço do Controlo dos Exames de Acesso à Licença de Motorista TVDE

Manifesta-se preocupação com o facto de os exames de acesso à licença de motorista TVDE estarem novamente a ser realizados através de centros de formação externos, em vez de serem conduzidos diretamente pelo IMT.

Problema Identificado:

A descentralização dos exames cria mais um ponto vulnerável a práticas irregulares

Aumenta o risco de:

- Aprovações indevidas
- Facilitação ilegal de exames
- Corrupção no acesso à profissão

Proposta:

- Reforço do papel do IMT no controlo, supervisão e validação dos exames
- Auditorias regulares aos centros de formação
- Penalizações efetivas e exemplares em casos de fraude
- Garantia de que o acesso à profissão é feito presencialmente, com critérios rigorosos, transparentes e iguais para todos

Objetivo:

Proteger a credibilidade do setor TVDE, assegurando que apenas motoristas devidamente preparados, avaliados de forma justa e legal, possam exercer a atividade.

Enquadramento Final (reforço político)

Estas propostas adicionais:

- Não criam custos para o Estado
- Não interferem com o modelo das plataformas
- Reforçam a legalidade, a justiça fiscal e a confiança no setor
- Combatem a informalidade e a corrupção
- Protegem os profissionais que cumprem as regras
- No seu conjunto, estas medidas representam uma visão responsável, moderada e operacionalmente viável para a revisão da lei do TVDE.

7. Definição de Locais de Recolha e Largada TVDE em Interfaces de Transporte Público

Propõe-se a definição clara e obrigatória de **locais específicos de recolha e largada de passageiros TVDE** em interfaces de transporte público, nomeadamente **estações ferroviárias, terminais fluviais, rodoviários e outros hubs de mobilidade**, em articulação com as entidades gestoras desses espaços.

Problema identificado:

A inexistência de zonas formalmente designadas para a operação TVDE nestes locais gera:

- Multas recorrentes e muitas vezes contraditórias aplicadas aos motoristas
- Trânsito desorganizado e paragens irregulares

- Conflitos com forças de fiscalização e outros operadores de transporte
- Prejuízos para passageiros e degradação da experiência de mobilidade

Proposta:

- Criação de **zonas TVDE devidamente sinalizadas**, com regras claras de paragem temporária
- Harmonização de critérios a nível nacional, respeitando especificidades locais
- Coordenação entre municípios, gestores de infraestruturas e plataformas

Benefícios

- Redução de infrações e litigância
- Melhoria da fluidez do tráfego
- Aumento da segurança de passageiros e peões
- Integração eficiente do TVDE na rede de transportes públicos
- Medida de baixo custo e alto impacto operacional